

Mudanças produtivas no Ribatejo: interesses locais, Estado e mercado (anos 50/80)

Dulce Freire

[Nota: por favor não citar]

Os 30 anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial costumam ser referidas como o período de maximização do desenvolvimento da “agricultura industrial” no Ocidente. Com a possibilidade, que existe de facto depois de 1945, de mecanizar boa parte das tarefas, em algumas regiões da Europa, a agricultura contribui para o crescimento económico e integra-se no processo mais vasto que os investigadores intitulam de “industrialização da economia agrária” (Rosener, 1994: 192). O conceito remete para as transformações desencadeadas pelo rápido avanço das formas industriais de produção no sector primário, que permite a aplicação de inovações tecnológicas, maior recurso ao capital para actualização das formas de exploração e a concentração sectorial e regional dos produtos e dos trabalhos agrícolas.

Neste processo foram três os principais agentes de mudança: difusão do tractor e de maquinaria auxiliar; aplicação de fertilizantes químicos e pesticidas; larga utilização de sementes e animais seleccionados. Ainda que com diferentes ritmos, assiste-se em diversas regiões à substituição ou transformação de técnicas e instrumentos de exploração da terra, à diminuição da mão-de-obra no sector primário, à maior necessidade de investimento financeiro, ao aumento da produtividade, à redução do preço dos produtos agrícolas e à crescente dependência do mercado.

Na década de 50, acompanhando a tendência que já se verificava em outros países europeus, Portugal entra num processo de crescimento económico assente na indústria. Na passagem para a década de 60, nota-se que «a economia portuguesa registou um crescimento superior à média do crescimento das economias dos países industrializados da Europa» (Lains, 1994:931) e que o valor da produção industrial superou o da produção

agrícola¹. Nas décadas seguintes, esta tendência não se alterou. Apesar da perda global de peso da agricultura na sociedade e economia nacionais, a contribuição das diversas regiões não apresenta sempre as mesmas formas e ritmos.

Esta *performance* económica não foi alheia às profundas transformações operadas na sociedade portuguesa. As mudanças revelam-se, por exemplo, no aumento da população activa ocupada nos sectores secundário e terciário², no crescimento dos fluxos de emigração, no alargamento das periferias dos maiores núcleos urbanos³ etc.. E, sobretudo, no desaparecimento de modos de vida assentes em explorações agro-pecuárias de subsistência e/ou vocacionadas para os mercados locais⁴ e na radical transformação das comunidades rurais⁵. A discussão acerca dos factores que conduziram, em Portugal, o sector primário a este destino continua em aberto e a aguardar os resultados de novas investigações.

A análise do percurso do sector primário depois da II Guerra, através da legislação e dos relatórios que chegaram aos órgãos de poder central, revela que a par das formas de cultivo que vão permanecendo em vastas áreas, introduzem-se, por iniciativa do Estado e de particulares, inovações tecnológicas e de organização dos trabalhos agrícolas. Com a aplicação dos Planos de Fomento dos anos 50/60, concretizam-se em regiões⁶ com melhores condições para a implantação de explorações capitalistas, alguns antigos e novos projectos que visam o alargamento da “agricultura moderna”. Construíram-se infraestruturas de regadio e difundiram-se novas culturas mais adequadas à procura do mercado, intensificou-se a utilização de maquinaria no trabalho da terra e nas colheitas, aumentou a aplicação de produtos químicos no combate às pragas e como fertilizantes,

¹ A primeira vez que isso aconteceu foi em 1962, com cerca a produção industrial a superar em cerca de 12% do que o valor da produção agrícola.

² Ainda que, como reconhece a generalidade dos autores, a diminuição da população activa agrícola não tenha sido tão acentuada como nos restantes países industrializados da Europa. Dos anos 30 e aos anos 60, o sector primário ocupou entre 53 e 44 por cento da população activa portuguesa (Nunes, 1989).

³ Vários autores fornecem e analisam os dados que permitem avaliar a amplitude destas transformações, nomeadamente: Nunes (1989); Rosas (1994); Barreto (1996); Baganha (1994).

⁴ Em 1970-1974 a área semeada já tinha decaído cerca de 23 por cento em relação a 1960-1964 (Baptista, 1994:914).

⁵ Os vários artigos que constituem *O voo do arado* (Brito e Baptista, 1996) fornecem uma perspectiva global sobre as transformações da agricultura depois dos anos 50 e retratos localizados dessas mudanças em diversas comunidades rurais no País.

⁶ As medidas incidiram sobretudo nos distritos do Alentejo e do Ribatejo, ou nas zonas mais planas dos distritos de Braga, Castelo Branco e Leiria.

optou-se por sementes e animais seleccionados. Por vezes, na proximidade do local da produção de matérias-primas implantaram-se unidades agro-industriais⁷.

Estas medidas justificam-se quase sempre com a necessidade de encontrar alternativas à elevação dos custos com a mão-de-obra agrícola, de garantir a satisfação de novos hábitos de consumo e de enfrentar a ameaça da concorrência dos produtos estrangeiros. Procurava-se que, nas novas condições de produção e de mercado, as explorações agrícolas se tornassem economicamente viáveis. No entanto, segundo Rocha (1979: 853-854), o investimento aplicado no sector primário, entre 1960 e 1973, teria permitido apenas a substituição da mão-de-obra que se deslocava para as cidades e para a emigração, sem possibilitar um rápido crescimento do produto agrícola.

Nos últimos anos, as *performances* da agricultura e economia portuguesas depois da II Guerra Mundial, têm merecido diversos estudos de carácter historiográfico e económico (Nunes e Brito, 1992, Reis 1993, Baptista, 1994; Rosas 1994; Lains, 1994, Lopes, 1996, Neves, 1994,1996, Corkill, 1999). As referências ao alcance local das mudanças que atravessaram a Europa Ocidental em geral e o sector primário português em particular são, quase sempre, raras e superficiais. Todavia, parece-me que a discussão acerca das possibilidades, realizações e destinos da agricultura, dos territórios rurais e da economia em Portuga não pode prescindir dos dados recolhidos com observações localizadas.

Um dos objectivos da investigação que estou a desenvolver neste momento⁸ é precisamente observar a incidência das transformações e das permanências (sociais, económicas e políticas) no concelho de Alpiarça entre os anos 50 e 80, considerados os de maior modernização da agricultura. Nesta comunicação apresento uma parte dos primeiros dados e perspectivas que resultaram da pesquisa ainda em curso.

O concelho de Alpiarça é um dos 19 que constituem o Ribatejo. Desde o século XIX que esta região surgia, aos defensores da “nova agricultura”, como a mais promissora para o desenvolvimento de uma agricultura moderna. A partir da análise dos discursos e das

⁷A par do reequipamento e ampliação das infraestruturas tradicionais (sobretudo ligadas à transformação de uvas, azeitonas e cereais) surgem as indústrias de lactícínios (localizadas preferencialmente na faixa Litoral entre Viana do Castelo e Norte de Lisboa), transformação de frutas e legumes (principalmente no Ribatejo).

⁸Essa investigação visa a preparação da dissertação de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Na investigação combinei dois métodos: recorri à pesquisa em arquivos de âmbito local, regional e nacional; fiz 13 meses de trabalho de campo, em que fiz observação e recolha de entrevistas a indivíduos que, nos últimos 50 anos, tiveram diversos tipos de participações nas actividades económicas e políticas locais e regionais.

práticas protagonizadas por agricultores, proprietários, trabalhadores e técnicos ligados a Alpiarça procuro identificar o papel dos interesses locais, do Estado e do mercado nas mudanças ocorridas na exploração da terra nos cerca de 30 anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial. Nesta comunicação avalio particularmente como é que esses factores contribuem ou não para o cumprimento do objectivo, assumido com convicção em diversos documentos governamentais, de transformar a vocação produtiva do Ribatejo de acordo com a procura dos mercados urbanos e industriais.

Ribatejo: terra prometida para a agricultura

No século XVII, Frei Luís de Sousa retratou assim a região que viria a ser designada como Ribatejo: «(...) Faz aqui o rio [Tejo] uma agradável divisão, deixando a parte direita e ocidental, onde fica a Vila [de Santarém], tudo o que há de mais montuoso e à esquerda estendidas campinas, que fertiliza com suas enchentes, como faz ao Egipto o seu Nilo. E com tudo, tal fertilidade tem os montes que se atrevem a competir com os campos. Por que se estes são ricos de todo o género de grão, enriquece os montes um bosque contínuo de oliveiras, que os cobre até aos muros da vila. E da mesma maneira que os campos parecem cheios de formosos casais, e instrumentos de lavoura e povoados de todo o género de criação de gados; assim pelos montes se vêem infinitas quintas, de bom edifício, cercadas de vinhas, e pomares, regadas de fontes e arroios de águas excelentes. E se o campo é agradável de inverno, pela caça e muita volataria que nele há: faz ao monte deleitoso no verão a frescura e alegria dos bosques de grande abundância de frutas de toda a sorte (...)»⁹.

Esta não é a mais antiga descrição da paisagem que rodeia Santarém (a capital de Distrito), mas está certamente entre os textos que mais influenciaram os olhares de intelectuais e políticos dos séculos XIX e XX sobre o Ribatejo. Frei Luís de Sousa, que nasceu em Santarém, é frequentemente considerado o *príncipe perfeito da prosa portuguesa* e, directa ou indirectamente, a sua obra tornou-se referência constante em autores de âmbito regional e nacional. A par da avaliação do senso comum, que associa vales extensos atravessados por rios a terra fértil, tornou-se poderosa entre as elites a comparação do Tejo com o Nilo: sugere-se que tal como o esplendor do antigo Egipto foi

⁹ Citação retirada de *História de S. Domingos*, da autoria de Frei Luís de Sousa, por Arruda (1999: 16).

sustentado pela fertilidade agrícola proporcionada pelas águas do rio Nilo, também Portugal poderia florescer se aproveitasse convenientemente as potencialidades produtivas da extensa lezíria periodicamente inundada pelo Tejo e percorrida por uma densa rede hidrográfica.

A evocação dos contrastes ribatejanos (distinção e complementaridade entre as potencialidades produtivas das zonas altas e baixas, a proximidade de quintas e casais, o elogio das inundações) feita em ocasiões e textos diversos, nem sempre assumiu este tom contemplativo e laudatório de Frei Luís de Sousa, que aliás é frequente em quem escreve sobre a sua terra natal. Nos séculos seguintes, muitas vezes esses contrastes são apresentados como problemas que urge resolver, como factores negativos que impedem o *progresso* da região e do país.

Para diversos autores que, sobretudo depois de finais do século XVIII, diagnosticaram os problemas e apresentaram soluções para a agricultura portuguesa, o Ribatejo surge como a região que, à partida, melhores condições oferecia ao aumento da riqueza agrícola. A região (com 7336 km² de superfície) recorta-se em torno do extenso vale atravessado por um dos maiores rios da Península Ibérica, tem pois abundância de água e a fertilidade natural do aluvião; o clima é ameno e húmido; a estrutura da propriedade não apresenta as discrepâncias do Norte nem as do Sul¹⁰; a densidade populacional proporciona abundância de mão-de-obra e frequentes oportunidades para estabelecer contratos de exploração indirecta da terra ou alienação de parcelas; há várias explorações agrícolas capitalistas; está próxima de Lisboa (na direcção Nordeste/Sudeste), principal centro consumidor e entreposto de importação e exportação; torna-se acessível por via fluvial, por estrada e, mais tarde, por comboio. Para os defensores da “nova agricultura”, comparando as potencialidades do Ribatejo com as do resto do Continente, era aqui que seria possível obter os maiores rendimentos produtivos e os maiores lucros com os menores custos.

Contudo, mesmo com estas características, seria necessário fazer intensos e decididos investimentos financeiros e técnicos para adaptar o território e a população

¹⁰ Tendo em conta o tamanho médio das explorações agrícolas do Continente (0,5 hectares), no Ribatejo existiam propriedades de média e grande dimensão. No início dos anos 50, a maior parte das propriedades do distrito de Santarém (à volta de 55917 parcelas) tinham cerca de 1 hectare ou entre 1 e 5 hectares, e existiam 195 com 100 ou mais hectares (Rosas, 1994:36).

ribatejanos aos critérios de produtividade e eficiência da agricultura moderna. Ao Estado caberia construir infraestruturas (principalmente sistemas de rega e vias de comunicação); disponibilizar aos agentes locais conhecimentos técnicos e científicos actualizados; publicar legislação e criar organismos que enquadrassem a nova realidade produtiva. Os proprietários e agricultores teriam de fazer os investimentos e as mudanças dirigidas à maximização do aproveitamento dos recursos naturais de acordo com as possibilidades abertas pelo curso dos investimentos do Estado e pelos apelos do mercado. Em suma, defendia-se que a lezíria deveria ser ocupada por uma agricultura intensiva e irrigada, que fornecesse abundância de frutas, legumes e cereais para consumo directo e para fins industriais, tanto nos mercados internos como internacionais. As produções extensivas e de sequeiro deveriam apenas ocupar as áreas em que o relevo e a constituição do solo não permitissem outro tipo de exploração.

Refira-se que, mesmo entre os defensores de uma agricultura moderna, há uma nítida diferença de posições conforme os autores têm ou não ligações directas à região. Nota-se que os engenheiros e políticos que não têm *interesses* no Ribatejo são mais categóricos na avaliação das grandes possibilidades e na constatação dos fracos resultados obtidos pelos agricultores regionais, fazendo quase sempre fortes críticas às opções produtivas e técnicas adoptadas pela lavoura. Nota-se também que os engenheiros, políticos ou (apenas) proprietários vinculados por laços familiares ou pela terra ao Ribatejo tendem a evidenciar as vantagens (e não tanto as desvantagens) das opções culturais mais seguidas na região e a remeter para o Estado e para a concorrência externa as maiores responsabilidades pelo *atraso da lavoura ribatejana*.

Durante as décadas em que *a crise da lavoura ribatejana* – quase sempre integrada no âmbito das discussões gerais sobre *a crise da lavoura nacional* – estiveram no centro das atenções políticas, publicaram-se diplomas para resolver alguns desses problemas e fizeram-se investimentos para acabar com os entraves ao alargamento de uma agricultura intensiva e comercial na lezíria. Fizeram-se, por exemplo, obras de hidráulica agrícola no vale do rio Sorraia e nos “campos de Vila Franca”; alargaram-se as área de produção de arroz e de tomate; plantaram-se pomares; incentivou-se a implantação de fábricas de transformação de tomate e outros produtos agrícolas em vários concelhos. Contudo, até aos anos 80 do século XX, vastas áreas da lezíria tiveram um aproveitamento extensivo

(sobretudo vinha e criação de gado bravo), culturas intensivas sazonais (principalmente melão e melancia) ou estiveram em pousio por largos períodos.

Alpiarça: «uma vinha pegada»

O concelho de Alpiarça localiza-se na margem esquerda do rio Tejo, no lado oposto à cidade de Santarém. O aglomerado urbano, que cresceu para Este do rio (um dos afluentes do Tejo) que deu o nome à vila, situa-se na fronteira entre a lezíria e a charneca.

A charneca, que ultrapassa os limites administrativos do concelho, estende-se para o interior e corresponde a uma zona ondulada, dominada por seixos e com uma estreita faixa de terra, cortada por vales fundos e irrigados por pequenos cursos de água. Aqui domina o povoamento disperso (os casais), associado a foros ou fazendas. Este povoamento está ligado aos primórdios de colonização da charneca, que deverá ter começado por volta de 1850 e terminado nos anos 70 do século XX.

Os fluxos de “fazendeiros” vinham sobretudo das Beiras, do Norte e do Alto Alentejo tomando dos grandes proprietários ou dos municípios terra de renda ou aforada. A sua intervenção foi responsável pelo alargamento da área cultivada, que em alguns locais levou a obras de drenagem e ao quase desaparecimento das florestas que fascinaram Frei Luís de Sousa. No início dos anos 50, existiam nas fazendas de Alpiarça cerca de 300 fogos com 1100 habitantes, que viviam exclusivamente da agricultura. Alguns «mercê de uma vida de trabalho e economia já conseguiram “descer” ao campo “lezíria”, terra da sua ambição.» (Vidal: 1950, 8).

O campo é a designação regional para a planície que se estende nas margens do Tejo. As características e a classificação destes solos estão no centro das polémicas acerca das potencialidades e dos aproveitamentos da lezíria. Os técnicos tendem a considerá-los como os melhores do País, com elevada capacidade produtiva (a espessura ronda os 45 cm), com poucas ou nenhuma limitações culturais, com reacção favorável ao uso de fertilizantes, adequados ao uso de máquinas, bem abastecidos de água e beneficiados por inundações ocasionais. Poucos hesitam em classificar estes solos como de classe A.

Os proprietários e agricultores raramente rejeitam esta classificação quando atribuída em abstracto à lezíria. Mas quando se referem concretamente às terras que

exploram encontram frequentemente alguns elementos que prejudicam esta classificação. Podem referir as limitações produtivas das faixas de areia que existem em algumas zonas da lezíria, que o acesso à água é dispendioso, que as inundações são bastante prejudiciais, que os efeitos dos fertilizantes variam conforme os anos e as culturas, que as máquinas nem sempre podem trabalhar nestes solos o que faz retardar as tarefas, etc..

Contudo, mesmo reconhecendo estas limitações, o campo sempre foi uma zona agrícola muito atractiva. Aqui se estabeleceram grandes quintas, que poderiam também estender-se para a charneca, de famílias aristocratas (Palmela, Mascarenhas, Fronteira) e burguesas (Falcão, Relvas). Desde, pelo menos, o início do século XX que aumentou por diversas vias (compra, doação ou herança) o número de proprietários com terras no campo. Este processo parece ter-se intensificado entre finais dos anos 60 e finais dos anos 80, levando mesmo a substanciais reduções das propriedades de diversas *casas de lavoura*. A multiplicação de proprietários não fez aumentar a construção de edifícios no campo, ainda que tenham surgido alguns destinados a habitação de novos proprietários muitos dos que davam apoio logístico à *lavoura* foram destruídos.

Passar a explorar uma parcela na lezíria, mesmo que fosse por arrendamento, significava maior poder económico e pressupunha uma promoção social. Antes do 25 de Abril de 1974, era entre os que exploravam parcelas no campo e residiam na vila (a maior parte), que se recrutava a elite para ocupar diversos cargos nas comissões, nas instituições e nos órgãos de poder local. Alguns poderiam ser considerados industriais (cerâmica ou transformação de frutas), comerciantes (vinhos ou logistas locais) ou exercer outras profissões (professores, médicos, advogados, engenheiros), mas tinham também acesso individual ou familiar à terra do campo.

No conjunto dos vários aglomerados urbanos que constituem o concelho, a população varia, desde os anos 20, entre oito e nove mil habitantes. Os habitantes do concelho de Alpiarça seguiam as tendências dos restantes residentes no Distrito de Santarém. Nos anos 50, a esmagadora maioria da terra era explorada indirectamente (60 por cento das parcelas arrendadas e 20 por cento sob contrato de parceria) e apenas cerca de 20 por cento era explorada por conta própria. Até aos anos 60, a população activa agrícola era maioritariamente composta por trabalhadores por conta de outrém - nos anos 40 representavam 62 por cento, dez anos mais tarde são 74 por cento dessa população - (F.

Rosas, 1994: 43). Nos anos 60, esta percentagem começa a diminuir, mas em Alpiarça as crises sazonais de falta de trabalho só desaparecem no final dos anos 70. Durante o período que estamos a privilegiar, a exploração da lezíria fazia-se indirectamente, através de diversas formas de arrendamento, e, mesmo por conta própria, recorrendo a assalariados rurais.

As formas de exploração e, sobretudo, as culturas dominantes no campo ribatejano deixaram alarmadas e exaltadas várias gerações de engenheiros, políticos e governantes. A partir de finais da década de 40 do século XX, a par das culturas que já se tinham tornado habituais em várias zonas da lezíria (oliveira, vinha, trigo, arroz, criação de gado e floresta) introduzem-se e/ou intensificam-se culturas com aplicações industriais. Primeiro o canhamo e a cevada dística, mais tarde os pomares e o tomate, destinados a abastecer as agro-indústrias entretanto instaladas na região.

Ao mesmo tempo, em constante desafio aos incentivos governamentais que visavam a diversificação produtiva e o máximo aproveitamento dos recursos naturais, em alguns concelhos a vinha continua a expandir-se na lezíria. Apesar das tentativas dos governos do Estado Novo para expulsar as cepas destas terras, o vinho continuou a ser o principal produto agrícola em vários concelhos da região. Alpiarça ocupava o lugar de quarto maior produtor regional (depois dos vizinhos concelhos de Almeirim, Cartaxo e Santarém). Nos anos 40, produzia à volta de 18 milhões de hectolitros de vinho, era «uma vinha pegada» (Júnior, 1946: 183). Nos anos seguintes, o montante das colheitas variou, mas não diminuiu.

Contrariamente, ao que aconteceu em outras zonas do Distrito, em Alpiarça as grandes transformações produtivas ocorreram sobretudo depois da segunda metade dos anos 80 do século XX, quando se tornaram mais visíveis os efeitos locais da reforma agrária pós-1974, da política agrícola comum e do abandono da terra por parte dos grandes proprietários. Até então, a vinha e o vinho eram a principal fonte de rendimento que sustentava a economia local. Todos os grupos sociais se mostravam muito sensíveis ao decorrer do ano agrícola, que determinava as boas e as más colheitas, ao curso das decisões políticas acerca do sector, às oscilações dos preços e do consumo no mercado interno e na exportação.

No campo, a monocultura de vinha era atravessada regularmente por carreiras de oliveiras, permitindo assim um rendimento complementar ao proprietário da terra e aos assalariados que encontravam ocupação por mais tempo. Na paisagem marcada pelo verde das vinhas e das oliveiras – como a viu, por exemplo, Almeida Garrett, quando contemplou Alpiarça a partir do castelo de Santarém – poderiam surgir manchas mais claras, que correspondiam geralmente a parcelas que alternavam entre a sementeira de trigo e as pastagens para o gado.

Actualmente, no campo as oliveiras são muito raras, subsistem vinhas velhas (com cerca de 30 anos) e algumas plantadas nos últimos 15 anos. Todavia, o que marca a paisagem, os rendimentos, os ritmos de trabalho e a ocupação do solo são as culturas sazonais irrigadas, destinadas ao consumo urbano nacional e à exportação. Numa rotação variável, que permite raros anos de pousio, produz-se milho, tomate, melão, melancia, beterraba, diversas hortaliças, batatas, morangos, cebolas, pimentos, *courgetes* e alho-francês. A disponibilidade de maquinaria para trabalhar a terra e de sistemas automáticos ou semi-automáticos de irrigação permitem reduzir ao mínimo o recurso a mão-de-obra. Permitem também que o mesmo agricultor possa assumir a responsabilidade de explorar várias parcelas, mesmo que estejam separadas por vários km de distância, que podem ser próprias ou tomadas por contratos de arrendamento a longo prazo ou sazonais. Em muitos casos as formas de exploração indirecta adaptaram-se às novas culturas, que têm vindo a ser introduzidas nos últimos 15/20 anos.

As polémicas acerca das possibilidades e das realidades agrícolas do Ribatejo - inseparáveis dos debates político, ideológico, técnico, económico e financeiro nos últimos 200 anos -, e as recentes reconversões produtivas verificadas em algumas zonas da região, suscitam inúmeras questões. Para além, dos esclarecimentos que possam encontrar-se nas análises macro-económicas, nos programas governamentais ou nos orçamentos de Estado, parece-me necessário perceber as razões apresentadas pelos indivíduos que acompanharam *in loco* essas mudanças. Alguns dos meus informantes estiveram e estão directamente empenhados na rotina das tarefas agrícolas (como agricultores ou assalariados), outros tiveram ou têm apenas funções dirigentes e de coordenação.

Quando procuro indagar as razões da tardia (segundo os critérios de técnicos e de alguns políticos) reconversão produtiva, as explicações dos meus informantes, dos

documentos e das publicações sobre o assunto, podem sistematizar-se em três binómios: inundações/rega; mão-de-obra/mecanização; Estado/mercado.

a) Inundações/rega

A proximidade do rio Tejo sugere facilidades de rega e fertilização ocasional pela deposição de nateiros aquando da passagem das cheias. Estes são os elementos mais evidenciados pela literatura. Todavia, os conhecedores das realidades locais salientam outros aspectos.

Referem que as inundações causam enormes prejuízos. As “águas à solta” provocam a abertura de grandes alvercas (buracos que podem ter vários hectares de área), destroem ou retardam sementeiras, levam o solo quando regressam ao leito do rio. Pode-se assim alterar o relevo e a fertilidade das parcelas, o que poderia ser catastrófico para um pequeno proprietário ou rendeiro. Nestas circunstâncias a vinha era uma boa salvaguarda: a forma de implantação das raízes seguravam a terra, a planta resistia várias semanas total ou parcialmente submersa pela água, as colheitas não eram grandemente prejudicadas, desde que os granjeios fossem realizados nas devidas alturas.

Nas várias ocasiões em que o país vinhateiro se levantou em polémica, o que acontecia sempre que havia dificuldade em escoar as grandes colheitas de vinho, estes foram argumentos recorrentemente utilizados pelos defensores da permanência das vinhas nas terras baixas (Freire, 1997 e 1998). Os produtores das terras altas consideravam que era irracional manter cepas em solos com possibilidades de contribuir para a diversificação produtiva do país. Nestas polémicas os produtores do Douro (viticultura de montanha) opunham-se aos do Ribatejo (viticultura de várzea). Alguns técnicos também salientam estas vantagens da vinha na lezíria (Cunha, 1970:10).

Vários informantes descreveram-me dias de trabalho em vinhas inundadas. Nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março ou mesmo Abril, os trabalhadores poderiam ter de fazer as podas e as primeiras curas com água acima do joelho e descalços. O transporte das vides cortadas ou o abastecimento de água e produtos químicos para as curas poderia fazer-se com um pequeno barco que singrava ao longo das filas de cepas. Logo que a água estivesse abaixo do nível do joelho das mulheres, estas já poderiam transportar os materiais a pé.

Com caudais fora de controle e inundações incertas¹¹, o investimento em maquinaria e em culturas sazonais tornava-se muito arriscado, tanto mais que não era seguro que na Primavera os terrenos mais baixos já tivessem consistência para receber o tractor e a semente. Mesmo a partir dos anos 50, quando se construíram as primeiras barragens que influenciaram os caudais do Tejo, o controlo das águas raramente era feito de acordo com as necessidades dos agricultores. As inundações continuam a existir, mas segundo a análise local, os caudais já não são tão fortes nem as cheias tão prolongadas.

Sem um sistema de diques e canais que controlassem os caudais do Tejo e fizessem uma distribuição da água para o interior da lezíria, o acesso à rega estava geralmente vedada. Considera-se que apenas o Estado poderia protagonizar uma obra de vasto alcance político, técnico e financeiro, como, aliás, já realizou em outras regiões (no Alentejo, por exemplo) com iguais ou menores potencialidades agrícolas que o Ribatejo.

O efeito das torrentes de Inverno e o assoreamento do leito tanto poderiam fazer com que, no Verão, as linhas de água estivessem perto como muito afastadas das margens. Nestes casos os custos de motores de rega potentes, os metros de mangueiras necessárias e o combustível tornavam a exploração inviável.

O alargamento da área regada tornou-se mais fácil a partir dos anos 70, com a vulgarização dos furos hertzianos. Primeiro utilizavam-se apenas potentes motores a combustível líquido. Nos últimos anos, têm-se multiplicado os sistemas eléctricos de rega por pivot. Em qualquer caso, a exploração de água do subsolo, torna os custos de produção mais elevados do que se existisse um sistema de condução de água do Tejo e dos seus afluentes. Disse-me um informante: «A nossa riqueza, a riqueza do Ribatejo, vai ali [apontando para o Tejo] a correr para o mar».

b)Mão-de-obra/mecanização

¹¹ Os prejuízos estavam avaliados desde há muito. Por exemplo, entre 1852 e 1862, o Engenheiro Manuel José Júlio Guerra estudou a bacia do Tejo na zona desta vila e recomendou a regularização do curso do rio, para aproveitamento dos campos marginais para cultura, solucionar os focos de infecção das águas estagnadas e tentar controlar as cheias e amenizar outros problemas relacionados com a insalubridade dos riachos dos campos (Custódio, 2000). No século XX, a Junta de Colonização Interna e os Serviços Hidráulicos desenvolveram mais estudos, mas durante muitos anos os efeitos locais da sua acção foi apenas a consolidação periódica de um dique de terra.

Em 1950, os lavradores reconheciam que as máquinas disponíveis apenas poderiam usar-se nos aluviões. Nestes terrenos, «tanto o homem como o animal de trabalho vão dia a dia cedendo lugar a outros elementos de produção de certo menos pitorescos e belos, mas sem dúvida alguma mais produtivos e mais económicos»(Federação, 1950: 3).. Na altura era frequente encontrar-se dois tipos de exploração. «Um onde a máquina impera em absoluto, outro em que ela se encontra consorciada com o trabalho animal» (Federação, 1950: 3).

No relatório que tenho estado a citar, elaborado a pedido governamental pela Federação dos Grémios da Lavoura do Ribatejo, refere-se claramente a tensão existente entre a vontade de alargar a utilização de maquinaria e a obrigação de dar trabalho à abundante mão-de-obra, cuja subsistência dependia das jornas sazonais obtidas nos granjeios do campo. Depois da II Guerra, esta obrigação não era apenas moral, foi imposta pelo Estado. Para enfrentar a crescente pressão da mão-de-obra, resultante do aumento demográfico, e da intensidade das reivindicações dos trabalhadores¹² – quase sempre enquadradas por organizações clandestinas do Partido Comunista Português -, o Estado, através das Casas do Povo e dos organismos corporativos passou a fazer uma distribuição compulsiva de trabalhadores pelos maiores proprietários. Estes protestaram muitas vezes, mas raramente deixaram de receber, pelos menos alguns, os trabalhadores que lhes eram impostos e que diziam não precisar¹³.

Depois do 25 de Abril de 1974, este continuou a ser um recurso defendido e adoptado. O Sindicato dos Operários Agrícolas do Ribatejo, em colaboração com a Direcção Regional de Agricultura e o Governo Civil de Santarém, procedia ao cálculo e distribuição dos trabalhadores pelas cooperativas e proprietários do concelho em que o

¹² Entre os anos 40 e os anos 60, nos campos do Sul, onde era mais notória a influência do PCP, as formas de resistência e conflito são constantes. «Todos os anos há lutas maiores ou menores, ou incidentes de amplitude geográfica ou de número de participantes diversos, mas que se sucedem periodicamente, ano a ano, sem bruscas alterações no seu ciclo sazonal» (Pereira, 1982: 126).

¹³ Eis algumas das razões do descontentamento dos patrões. «O natural desejo de mostrar serviço feito, estímulo de garantia de continuidade de emprego deixou de existir e o lavrador já não pode escolher os seus melhores e mais dedicados servidores, aqueles que mais rendimento davam com o seu esforço, tendo que aceitar bons e ruins, fazendo estes com que os desiguais rendimentos de trabalho se equilibrem e igualem no sentido da lei do menor esforço. As formas como as crises de trabalho estão a ser resolvidas dando ao trabalhador o trabalho garantido, levam-no a não se interessar em agradar ao patrão, do que resulta um consequente relaxamento e despreocupação no bom andamento dos serviços que lhe são destinados, pois que na sua maneira de ver – nada ganha em se esforçar muito» (Federação, 1950: 34).

desemprego se tornava uma ameaça. Em Alpiarça, tanto antes da *Revolução* como depois, em cada ano várias dezenas de assalariados encontraram assim patrão.

Os adeptos da vinha na lezíria encontravam neste contexto de forte pressão de mão-de-obra e sem soluções consistentes para acabar com o desemprego, um poderoso argumento a seu favor. Defendiam que, devido à diversidade e à regular distribuição ao longo do ano das tarefas exigidas pela vinha, esta era uma cultura colonizadora. Ou seja, com capacidade para atrair e sustentar maior número de trabalhadores do que outras culturas, como o trigo ou a oliveira, cujas trabalhos se concentravam apenas em alguns meses do ano. As exigências culturais da vinha permitiam não só empregar por mais tempo a de mão-de-obra disponível na área onde estava implantada, mas também a milhares de assalariados sazonais que nas épocas de maior intensidade de tarefas (Primavera e Outono) chegavam das regiões a Norte e a Este para se instalar no Ribatejo. Vinham «p'ra borda d'água», como diziam. Em Alpiarça, os grandes e médios produtores contratavam entre uma dezena a duas centenas de «carmelos» ou «barrões» - como eram designados localmente estes trabalhadores – para as vindimas e mais algumas dezenas para as curas do final de Inverno e Primavera¹⁴. Desde as últimas décadas do século XIX, sempre que era levantada a possibilidade de arranque compulsivo das vinhas da várzea, várias vezes encontravam na elevada população activa agrícola, que caracterizava a economia portuguesa, um forte auxílio para contrariar essa solução (Freire, 1997).

A certeza de mão-de-obra abundante, permitia também tornar mais densas as plantações de vinha, uma vez que não era necessário deixar os cerca de dois metros necessários à circulação de alfaias, mesmo as de tracção animal. Em terrenos férteis garantiam-se assim boas colheitas. Como as videiras são ma cultura de longa duração (com uma longevidade que pode ultrapassar os 50 anos), a opção de constituir vinhas incapazes de receber máquinas fez com que, em muitas explorações, os custos de produção aumentassem com a subida dos salários. Verifica-se que a partir dos anos 50, os salários e outros factores de produção revelam uma tendência irreversível para aumentar (Pimenta,

¹⁴ Aparentemente o número de trabalhadores sazonais contratados fora das vindimas foi diminuindo à medida que os produtos químicos e alfaias os puderam substituir em algumas tarefas, mas até aos anos 80, pelo menos nas *maiores casas*, continuaram a ser indispensáveis para fazer as colheitas. Actualmente, as “máquinas de vindimar” estão generalizadas e recorre-se à mão-de-obra familiar, que muitas vezes faz coincidir o período de férias de outras actividades profissionais com esta época.

1989: 50)¹⁵. Estas eram razões suficientes para que os produtores exigissem do Estado medidas que permitissem o escoamento das abundantes colheitas a preços compensadores.

Estas exigências, que como veremos a seguir surtiram efeito, baseavam-se tanto na evocação da função ecológica da vinha na protecção da lezíria, como nos complexos sistemas de produção, transformação, distribuição e consumo, que possibilitavam a distribuição dos rendimentos por vários grupos sociais dentro e fora do concelho.

c) Estado/mercado

A partir dos anos trinta, com a criação da organização corporativa para o sector, que na vitivinicultura Estado e mercado eram indissociáveis. Desde essa altura a Junta Nacional do Vinho tornou-se um organismo de financiamento à produção e de intervenção no mercado. Na primeira modalidade fazia empréstimos aos produtores - para que pudessem fazer a vindima e a vinificação, por exemplo -, tendo como base o vinho que se encontrava na produção. Esta acção garantia que, mesmo que não tivessem vendido o vinho, o produtor teria capital para a campanha seguinte. Na segunda modalidade a JNV funcionava como uma grande adega (tinha aliás depósitos nos principais concelhos vinícolas do país), que recolhia o excedente de cada colheita, ou seja, a quantidade de vinho que se calculava os mercados nacionais e internacionais não conseguiriam absorver. A intervenção fazia-se a um preço pré-estabelecido, que garantia sempre uma margem de lucro para o produtor, para as diferentes categorias de vinho: o preço por litro era tanto mais alto quanto mais elevada fosse a graduação alcoólica.

Procurava-se com estes expedientes proteger os produtores e as regiões produtoras das oscilações do mercado, que, considerava-se, poderiam ter efeitos catastróficos nas economias locais. De facto, a experiência de crises anteriores, mostrava que os problemas na viticultura tinham efeitos imediatos no nível de rendimentos dos vários grupos sociais dependentes da agricultura e que, desde os maiores proprietários¹⁶ aos assalariados, todos

¹⁵A explicação desta dinâmica deve procurar-se no inter-relacionamento do económico com o social, o político e, até, o ideológico. «O facto de os salários (...) nunca terem, globalmente considerados, variações negativas a partir do início da década de 50 reflecte o facto de a inflação em Portugal ter entrado, por essa época, numa nova fase» (Pimenta, 1989: 50).

¹⁶Verifica-se que a defesa da viticultura por parte dos maiores produtores do Ribatejo atravessa diversas épocas e opções políticas. Muitos dos indivíduos que assumem essa defesa ocuparam cargos de elevada

encontravam formas de resistência e protesto que poderiam ter graves consequências económicas e políticas (Freire, 2002).

Nas décadas seguintes, sobretudo depois de passadas as turbulências bélicas e económicas dos anos 30 e 40, a vitivinicultura tornou-se não só uma actividade lucrativa, mas também segura. E, para os produtores da lezíria, tinha outra vantagem: como a fertilidade dos solos e as castas adoptadas produziam vinhos muito graduados – «vinho sangue», «vinhos com raça» - estavam habilitados a obter os preços mais elevados da tabela da organização corporativa.

Até ao final dos anos 70, a combinação destas acções da JNV permitiram que, mesmo com as oscilações dos mercados, o preços pagos pelo vinho fossem sempre remuneradores. Isto não invalida que desde finais da década de 50 o sistema corporativo estivesse em eminente ruptura financeira, devido aos montantes cada vez mais elevados das quantidades e preços de intervenção, e as crescentes dificuldades em encontrar mercados para vinhos de baixa qualidade. Este risco aumentava a atenção e a pressão dos produtores perante o poder político. Os preços e condições de intervenção da JNV, são temas recorrentes na imprensa regional e local e também nos debates parlamentares e em outras intervenções de indivíduos com responsabilidades políticas.

Verifica-se que, se por um lado os Planos de Fomento estipulam objectivos e verbas com vista à “modernização da agricultura” (alargamento das áreas com frutas, legumes e cereais com fins comerciais e industriais; para a crescente utilização de maquinaria e produtos químicos), por outro, a acção de alguns organismos estatais contradizia esses objectivos. Nomeadamente através da viabilização da vinha em zonas em que outras culturas garantiam uma “exploração racional” dos recursos naturais.

Em Alpiarça, a alteração das medidas do Estado que visavam o sector e a desvalorização no mercado dos vinhos de média e baixa qualidade, fez com que mais produtores aderissem aos incentivos da União Europeia para proceder ao arranque e transferência de vinha. Esses incentivos e a possibilidade de obter nestas terras produtos mais procurados pelo mercado fez com que a vinha diminuísse drasticamente no campo.

responsabilidade nos órgãos de Estado em diferentes conjunturas políticas – ministros, secretários de estado, deputados, dirigentes de organismos corporativos, por exemplo-, entre estes estão José Relvas (Alpiarça), vários membros da família Braancamp Freire (Almeirim e Santarém), Rafael Duque e Amaral Neto (ambos da Chamusca).

Contudo, em termos globais a produção de vinho continua a ser importante na economia do concelho, mas, cada vez mais o vinho tem origem na charneca e não na lezíria.

Para os que conheceram o campo como um «vinhedo pegado» esta transferência deixa mágoas e frequentemente evocam-na como um sinal da crise da *lavoura* local. As vinhas do campo eram a “segurança do agricultor”, por isso o sonho era conseguir ali alguma parcela, já que proporcionavam sempre que o produtor tivesse algum lucro. Para muitos destes indivíduos, a vinha é mais do que uma planta produtora de um bem comercial, é um símbolo de prosperidade, um sinal de promoção social.

Notas conclusivas

1- A avaliação das potencialidades e realidades agrícolas locais varia conforme o *lugar* onde se encontra o *sujeito* que faz essa avaliação. A análise de várias décadas de discursos e de opções que, em diversas conjunturas, visaram a agricultura do Ribatejo permite constatar que as diferentes perspectivas acerca das causas e das consequências de determinada opção cultural, não têm uma conotação imediata com as opções políticas ou o grupo social em que o indivíduo se reconhece ou a que pertence. Verifica-se uma tendência para a defesa dos maiores interesses locais instalados, ou seja, para evitar mudanças profundas e rápidas, mesmo que isso vá contra medidas promulgadas pelo Estado ou mesmo contra o “bem comum”. Interessa pois esclarecer os mecanismos e os agentes de *defesa* dos “interesses do Ribatejo” nos vários órgãos de poder local e central e também qual o papel da mobilização dos vários grupos sociais na defesa daquilo que as elites consideram ser o “bem da região”.

2 – Durante o período em análise, verifica-se que as opções dos agricultores de Alpiarça não foram determinadas pelo curso do mercado, mas pela opção política de manter preços remuneradores para a produção de vinho. Apesar das consequências económicas e financeiras a médio e longo prazo esta opção foi mantida por sucessivos governos antes e depois da *Revolução de 25 de Abril de 1974*.

3- Verifica-se que perante as opções disponíveis, os agricultores de Alpiarça escolheram as que maiores benefícios lhe traziam. Revelam constante atenção aos assuntos do mercado e da política, relacionados com a sua actividade. Em muitos casos, devido à implantação local do PCP, esta atenção parece ultrapassar os interesses individuais e locais para se inserir na reivindicação de soluções globais para a sociedade e economia portuguesas. O facto de não terem procedido à reconversão das suas culturas antes dos anos 80, revela uma gestão racional dos recursos no quadro das condições de mercado que existiam.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Virgílio, 1999, *Santarém no Tempo*, Câmara Municipal de Santarém, Santarém

BAGANHA, M. I., 1994, «As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional», in *Análise Social*, vol.29, nº128, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, Lisboa

BAPTISTA, Fernando Oliveira, 1994, *A política agrária do Estado Novo*, Edições Afrontamento, Porto

BASÍLIO, António, ROCHA, Ana, LOPES, António, MOCITO, José, MARTINS, Natália, 1980, *Projecto de mecanização. Cooperativa de produção agrícola Mouchão do Inglês. Alpiarça*, Ministério da Agricultura e Pescas/Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola/Direcção de Serviços de Mecanização, Policopiado, Lisboa

BARRETO, António, (coord.), 1996, *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, Lisboa

BRITO, J. Pais de, BAPTISTA, F. Oliveira, (coord.), 1996, *O voo do arado*, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, Lisboa

CORKILL, David, 1999, *The development of the Portuguese Economy. A case of Europeanization*, Routledge, London e New York

CUSTÓDIO, Filomena (coord.), 2000, *Alpiarça. As casas e os Homens. Conservação, valorização e desenvolvimento urbano e ambiental*, vol.I *Desenvolvimento urbano e ambiental*; vol.II *Urbanismo, Arquitectura e Arte*; vol.III *Um olhar sobre a vila*, Câmara Municipal de Alpiarça, Alpiarça

FREIRE, Dulce, 1997, *Produzir e beber. A vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)*, Dissertação de Mestrado em História do século XX/dactilografada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

FREIRE, Dulce, 1998, «Os vinhos do Douro e os outros. Primeiros anos da organização corporativa», in *Douro Estudos & Documentos*, nº6, Porto

FREIRE, Dulce, 2002, «Sector vinícola contra organização corporativa (1933-1937)», in *Ler História*, nº42, Lisboa

JÚNIOR, António Antunes, 1946, *Ribatejo Vinícola*, Ministério da Economia, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Lisboa

LAINS, P., 1994, «O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990», in *Análise Social*, vol.29, nº 128, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, Lisboa

LOPES, J. da Silva, 1996, *A economia portuguesa desde 1960*, Gradiva, Lisboa

NEVES, J. C. das, 1994, «O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global», in *Análise Social*, vol. 29, nº128, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, Lisboa

NEVES, J. C. das, 1996, «Portuguese postwar growth: a global approach», in N. Crafts e G. Toniolo, *Economic Growth in Europe since 1945*, Cambridge University Press, Cambridge

NUNES, A. B., 1989, *População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade. Uma contribuição para o estudo do crescimento económico português*, Dissertação de Doutoramento/Dactilografada, Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa

NUNES, A. B., BRITO, J. M. Brandão de, (1992), «Política económica, industrialização e crescimento» in Fernando Rosas (ed.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Editorial Presença, Lisboa

PEREIRA, José Pacheco, *Conflitos sociais nos campos do Sul*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1982

PIMENTA, Carlos, 1989, *Os salários em Portugal*, Caminho, Lisboa, 1989

REIS, Jaime, 1993, «The historical roots of the modern Portuguese economy: the first century of growth, 1850s to 1950s», in R. Err (ed.), *The New Portugal: democracy and Europe*, IAS/University of California, Berkeley

ROCHA, E., 1979, «Evolução do défice externo agrícola, particularmente no domínio alimentar, e suas causas», in *Análise Social*, vol.15, nº60, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, Lisboa

ROSAS, Fernando, 1994, O Estado Novo, História de Portugal, Vol.VII, José Matoso (dir.), Editorial Estampa, Lisboa

ROSENER, Werner, 1994, *The peasantry of Europe*, Blackwell, Oxford & Cambridge

VIDAL, Joaquim Manuel de Carvalho, Subsídios para preconização dum melhor aproveitamento da terra (na zona «Charneca de Almeirim e Alpiarça»), Relatório Final de Engenheiro-Agrónomo, Dactilografado/ISA, Lisboa, 1950

RESUMO

As décadas que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial costumam ser referidas como o período de maximização do desenvolvimento da “agricultura industrial” no Ocidente. No território português, o Ribatejo surgia como a região que melhor cumpria os pré-requisitos necessários a uma agricultura moderna: tinha vastas áreas planas, férteis e irrigáveis; a estrutura da propriedade caracterizava-se pela grande e média dimensão; estava próxima e acessível a um grande centro (Lisboa) consumidor e entreposto de importação e exportação. Para os defensores da agricultura moderna, estas eram condições que deveriam levar o Estado e os agricultores a investir em produções intensivas e diversificadas que correspondessem à procura dos mercados nacionais e mesmo internacionais. Durante décadas discutiram-se os “problemas da lavoura” ribatejana, publicaram-se diplomas e fizeram-se alguns investimentos para acabar com esses problemas. Contudo, apesar das mudanças, a vinha e outras culturas extensivas continuaram a dominar a paisagem e as economias das “casas” ligadas à exploração da lezíria.

A partir da análise dos discursos e das práticas desenvolvidas por agricultores, proprietários, trabalhadores e técnicos com interesses em Alpiarça (um concelho do distrito de Santarém) procuram identificar-se os factores e os mecanismos que mais contribuíram, ou não, para a transformação produtiva entre os anos 50 e 80. Os dados e as perspectivas apresentados nesta comunicação correspondem aos primeiros resultados de uma pesquisa ainda em curso, que visa a elaboração da dissertação de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea.